



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



AS EXPERIÊNCIAS DE ENSINO AGRÍCOLA NO ESPÍRITO SANTO (1910-1940)

Marcelo Monteiro dos Santos¹
Rosiany Campos Berto²

Resumo: Este artigo analisa experiências de ensino agrícola no Espírito Santo entre 1910 e 1940, com o objetivo de investigar como o debate sobre a qualificação da mão de obra no campo passou pela implementação de instituições de ensino voltadas para essa finalidade. Para isso, toma como fontes relatórios de governos, relatório de inspeção, impressos oficiais e pedagógicos, analisados de forma indiciária (GINZBURG, 1989), considerando o entrecruzamento desses documentos. Nesse percurso, apresentamos as discussões que levaram à criação da Fazenda Modelo Sapucaia (1910); as propostas apresentadas na reforma educacional promovida por Attilio Vivacqua (1928-1930); os artigos sobre a temática na *Revista de Educação* (1934-1937) e a instalação do Patronato Agrícola de Maruípe (1933). Ao atenderem as necessidades dos tempos em que essas experiências foram empreendidas, podem também, ser consideradas, em alguma medida, no processo que daria lugar, nos anos 1940, à criação da Escola Prática de Agricultura.

Palavras-chave: Espírito Santo; Ensino Agrícola; História; Educação.

INTRODUÇÃO

Em 1940, Enrico Aurélio Ildebrando Ruschi, então diretor geral da Diretoria de Agricultura, Terras e Obras Públicas do Espírito Santo, encaminhou ao interventor federal João Punaro Bley, uma exposição de motivos acompanhada de minuta de um decreto para a criação de uma Escola Prática de Agricultura. O Estado não dispunha de nenhuma escola naqueles moldes. Argumentava Ruschi, após uma longa lista de realizações do Executivo Estadual na área da agricultura, que não era possível naquele momento, nem desejável, enfatizava, a criação de uma Escola Superior de Agricultura (ESPÍRITO SANTO, 1941). Os motivos que inviabilizavam tal projeto permaneceram ocultos no texto, embora possamos aventar que fossem de ordem econômica, pois o diretor citou essas dificuldades em decorrência da “hecatombe europeia”, eufemismo para se referir a Segunda Guerra Mundial que estava em curso e afetava, em diferentes graus, quase todo o globo.

Na busca por compreender processos de constituição da Escola Prática de Agricultura no Espírito Santo, este texto propõe mapear os debates sobre o ensino agrícola no Espírito Santo na primeira metade do século XX: como se constitui o debate sobre a modernização do

¹ Doutor em História. Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: marcelo.monteiro@ifes.edu.br

² Doutora em Educação; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rosianny.berto@ufes.br



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



campo e a qualificação do trabalhador rural e quais experiências foram ensaiadas no Espírito Santo no período que antecede a criação da Escola Prática de Agricultura, inaugurada em 1940?

METODOLOGIA

Nesta investigação, mobilizamos um conjunto variado de documentos que envolvem: relatórios de governo, relatórios de inspetores escolares e imprensa oficial e pedagógica. Para analisar essas fontes, orientamo-nos pelos pressupostos teóricos e metodológicos da micro-história italiana, a partir de três eixos, destacados por Simões e Faria Filho (2012): as implicações entre o verdadeiro, o falso e o fictício na elaboração da narrativa histórica; as possibilidades do paradigma indiciário e a leitura a contrapelo das fontes.

No ofício do historiador que faz ciência, também se torna imperioso questionar documentos, observar o não dito, pois como lembra Ginzburg (2002), não oferecem acesso imediato à realidade. É preciso interrogá-las contra as intencões daqueles que as produziram, considerando as relações de força envolvidas nesse processo.

O estudo das fontes também deve ser feito considerando-se que foram produzidas em um tempo diferente do nosso, irremediavelmente perdido e, por completo, inacessível, a não ser pela operação historiográfica que, a partir de indícios fragmentados, nos permitem recompor parcialmente a tessitura de tempos passados (GINZBURG, 2001). Ponderamos ainda que “[...] todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem que uma sociedade deixa de si [...]” (GINZBURG, 2002, p. 43).

Propomos um percurso investigativo ancorado no "paradigma indiciário", perseguindo "vestígios" que nos levem à compreensão de processos e práticas. Nesse sentido, Ginzburg (2007) indica ainda que todo o percurso analítico deve ser explicitado e deve estar visível na medida em que a narrativa, produto da operação historiográfica, é materializada.

A FAZENDA MODELO SAPUCAIA

Identificamos como uma experiência pioneira no Espírito Santo a tentativa de



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



instalação de um aprendizado agrícola durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Acompanhamos o desenrolar desse projeto pelas páginas do *Diário da Manhã*.³ Em seu “Manifesto Inaugural” o governador já apontava que:

Incumbe ao governo, pela fundação de **escolas técnicas**, que não ministrem só o ensino classico, fazer desenvolver as qualidades praticas dos alunos, **habilitando-os e preparando-os para empreender logo um trabalho produtivo no terreno industrial, mercantil e agrícola** (MONTEIRO, 1908b, p. 1, grifo nosso)⁴

Vale salientar que no ano seguinte foi inaugurada em Vitória a Escola de Aprendizes e Artífices, iniciativa do governo federal sob a gestão do presidente Nilo Peçanha que criou estabelecimentos voltados às “artes industriais” em todas as capitais do país. Monteiro situa a igual importância na criação de escolas técnicas agrícolas. A iniciativa saiu do papel com a criação da Fazenda Modelo Sapucaia, na área rural do município de Cariacica.

A fazenda modelo Sapucaia **deveria se ocupar do ensino agrícola**, além de funcionar como ponto de auxílio aos fazendeiros, seja por meio de demonstrações, assistência técnica ou do fornecimento de equipamentos. Nesse sentido, **como centro voltado ao ensino agrícola, a Fazenda Modelo Sapucaia receberia trabalhadores enviados por proprietários rurais a fim serem instruídos de modo prático quanto a técnicas e manuseio de equipamentos. Também ministraria instrução prática a moços interessados em se habilitar para a profissão de mestre de cultura**. Os interessados numa dessas vagas deveriam ter mais de 18 anos de idade, além de uma “conduta reconhecidamente morigerada”, recebendo alimentação, transporte e residência em caso de reconhecida pobreza. **Após 10 meses de curso os jovens seriam submetidos a um exame prático e oral sobre as atividades desenvolvidas na fazenda** (CONDE, 2022, p. 158, grifo nosso).

Destacamos na descrição de Conde (2022) os aspectos que caracterizam na experiência da fazenda modelo as rotinas do ensino técnico agrícola que seria ministrado aos trabalhadores rurais. No decurso de quase um ano de atividades, a aprovação nos exames os qualificaria como mestres de cultura, uma função na qual deveriam estar aptos a conhecer

³ O jornal *Diário da Manhã* foi fundado em 18 de agosto de 1907, sob a chancela do Partido Construtor, em substituição ao *Jornal Oficial*. Em 1908 torna-se imprensa oficial do Estado e passa a atuar como um misto de diário oficial e jornal noticioso e principal fonte de propaganda dos feitos governamentais (MATTEDI, 2005).

⁴ Todas as grafias das fontes documentais foram mantidas conforme o original, não havendo, desse modo, atualização para o acordo ortográfico vigente.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



todos os procedimentos de funcionamento de uma propriedade rural e os aspectos de sua administração. O modelo dos aprendizados agrícolas federais pode ser identificado na Fazenda Modelo Sapucaia (IMAGEM 1).⁵

IMAGEM 1 – FOTOGRAFIA DAS INSTALAÇÕES DA FAZENDA MODELO SAPUCAIA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE CARIACICA



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo, 1910. Autor desconhecido.

No cotejamento entre a imprensa periódica e os relatórios de governo, Conde (2022, p. 161), considera que:

A atuação da fazenda modelo como centro de treinamento de funcionários enviados por proprietários rurais e de capacitação de rapazes para o manuseio de novas técnicas e máquinas agrícolas não se confirmou na prática. Por outro lado, as experimentações (novas culturas, uso de equipamentos importados, técnicas inovadoras), pretendidas desde a implantação da fazenda, ocorriam constantemente, atraindo diversos fazendeiros interessados em conhecer essas novidades (CONDE, 2022, p. 161).

No relatório apresentado pelo presidente do estado, Jerônimo Monteiro, ao final de sua gestão, ele esclarece que:

⁵ O Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910, que dentre outras coisas organizava o ensino agrícola no Brasil, caracteriza os Aprendizados Agrícolas como instituições de ensino “exclusivamente prático”, formando trabalhadores para “os diversos serviços da propriedade rural” em consonância com as “modernas práticas agrônômicas”, e recebendo preferencialmente “filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais” (BRASIL, 1910).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

[...] junto à fazenda foi também fundado um aprendizado agrícola, que não cheguei a organizar, como desejava, mas já presta mesmo assim bons serviços. Nele são admitidos meninos pobres, que se instruem e se preparam, gratuitamente, para a nobre e interessante carreira da agricultura (MONTEIRO, 1912, p. 8).

Podemos compreender aqui a experiência da Fazenda Modelo Sapucaia como um projeto incompleto na sua missão de ofertar ensino agrícola de modo regular e contínuo. Mas sua existência e a tentativa empreendida pelo Executivo Estadual apontam que o Espírito Santo não esteve descolado dos debates nacionais que ocorriam naquele momento acerca do tema.

A fazenda modelo Sapucaia esteve entre os principais projetos do governo de Jerônimo Monteiro, que lançou mão de variadas estratégias para sua divulgação. **Reforçando a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, legou sua gestão não ao órgão de instrução, mas sim à diretoria de agricultura. O objetivo era mostrar ao país e à opinião pública local um Espírito Santo que poderia ser moderno, civilizado, conforme os preceitos republicanos.** Mais do que isso, desejava tornar pujante e diversificada a produção agrícola capixaba, algo que passava pela instrução de proprietários e seus funcionários (CONDE, 2022, p. 169, grifo nosso).

Concordamos com o autor que os ideais de civilização passavam pela racionalização do ensino. Conforme apontado, o caráter modelar da Fazenda Sapucaia deveria irradiar conhecimentos que pudessem melhorar a produção e a vida dos agricultores. Nos descaminhos da política, a iniciativa não prosperou.

Malograda a experiência em fazer da Fazenda Modelo Sapucaia um estabelecimento que, dentre outras funções, pudesse abrigar um aprendizado agrícola, prosperaram no final da década seguinte os debates sobre a necessidade da reforma do ensino no Espírito Santo, alimentados agora pelas ideias renovadoras da escola ativa.

Franco e Assis (2015) avaliam que entre a reforma educacional de Jerônimo Monteiro e a seguinte, empreendida no governo de Aristeu Borges de Aguiar, o movimento reformista da educação primária teria passado por um silenciamento. Inferimos que esse hiato teria ocorrido também com as experiências de ensino agrícola – como a efetivação de uma instituição voltada para esse fim. Passamos então a análise das ações empreendidas por Atílio



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Vivacqua, responsável pela pasta da Instrução Pública no Espírito Santo, entre 1928 e 1930.

O ENSINO AGRÍCOLA NA REFORMA DE ATTILIO VIVACQUA

No final dos anos 1920, Vivacqua e seus assessores elaboraram uma proposta para a reforma da educação pública no Espírito Santo. Berto (2013) analisou as formulações do reformador à luz do movimento denominado “escola activa”, que propunha meios para modernizar o ensino naquele contexto, no conjunto do movimento de renovação educacional a que chamamos de Escola Nova.⁶

Em 1928, Attilio Vivacqua assumiu o cargo de secretário da Instrução Pública no governo de Aristeu Borges de Aguiar, dando início ao processo de reforma educacional.

Ao final de 1928, a introdução da *escola activa* no Espírito Santo foi autorizada pela Lei nº 1.693, de 20 de dezembro. Por meio dessa lei, o governo recebia o aval de que carecia para fazer as transformações necessárias na instrução pública, dentro do ideário da nova Pedagogia. Estava inaugurada, assim, a reforma da instrução no Estado do Espírito Santo (BERTO, 2013, p. 100, grifo da autora).

Franco e Assis (2015) destacam que o ideário da Escola Nova foi muito importante para as mudanças que ocorreram no ensino ao longo da década de 1920. Berto (2013), embora tenha dedicado sua atenção ao aspecto da formação de professores empreendida na reforma, aponta também outras áreas que mereceram atenção dos reformadores, dentre elas o ensino agrícola e seu programa junto as escolas rurais, de modo que desde o

[...] começo dos anos 1920, já se faziam reclamações sobre o “atraso” do ensino no Estado e sobre a necessidade de reformá-lo, tendo em vista a implantação de um ensino prático, para o qual se poderia buscar como modelo a escola rural de tipo americana, que ministra o ensino prático profissional e agrícola (BERTO, 2013, p. 96).

No caminho indicado pelas fontes analisadas pela autora, passamos a perscrutar o modo como o ensino agrícola era apresentado nas propostas de modernização elencadas por

⁶ Segundo Berto “[...] a *escola activa* teria a responsabilidade pela formação do homem novo de que o mundo carecia. Tem, dessa maneira, uma função ampla. Para o autor, a *escola activa* seria a orientação para a escola capaz de dar conta de todas as necessidades infantis, considerando os aspectos psicológicos da criança, seus interesses, a necessidade de produção da autonomia e da liberdade, a necessidade de envolvimento com o trabalho manual. A *escola activa* seria capaz de vencer a escola tradicional” (BERTO, 2013, p. 32).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Vivacqua durante o período em que esteve na condição de secretário da Instrução Pública.

O jornal *Diário da Manhã* publicou, em 1929, uma extensa entrevista na qual Vivacqua explicitava os principais pontos a serem enfrentados pela reforma educacional em curso. Nela, colhemos as intenções referentes ao ensino técnico profissional, inserido aí o ensino agrícola. Segundo ele

[...] o Brasil carece do ensino do trabalho, formando-se trabalhadores aptos e capazes da sua grandeza. Temos lutado justamente contra a falta de operários conscientes da sua profissão, de artifices tecnicamente aparelhados para o emprego produtivo da sua atividade [...]. **É pensamento do governo construir em alguns pontos do estado várias escolas modelo para o preparo profissional de operários e agricultores.** Não se pode, porém, atender de pronto as vultuosas despesas desses empreendimentos [...]. Quanto ao ensino da agricultura este ficará, por sua natureza, também afeito à Secretaria da Agricultura, a cuja frente temos o espírito organizador e brilhante de Ormando Aguiar. **Pretendemos começar com a fundação de aprendizados elementares agrícolas, destinados a funcionar anexos a determinadas escolas rurais, com o fim de atrair a mocidade dos campos à atividade da terra [...].** Estamos escolhendo com muito cuidado a localização desses aprendizados. Pois é propósito situa-los nas zonas de mais ativa expansão agrícola do Estado (VIVACQUA, 1929, p. 14-17, grifo nosso).

Vivacqua expõe os pontos centrais de sua reforma no que tange ao ensino profissional voltado para a população do campo: a construção de aprendizados agrícolas situados nas áreas produtivas do Estado. Não escondia as limitações de ordem econômica para a efetivação de tal empreendimento. No Relatório *Educação Brasileira: diretrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo*, ao discorrer sobre o ensino agrícola junto às escolas rurais, ele afirma que esse ensino era indissociável do papel dessas escolas, que constituíam a quase totalidade dos estabelecimentos de ensino no estado (VIVACQUA, 1930).

O Espírito Santo, no contexto analisado, tinha na atividade agrícola sua principal fonte de sustentação econômica. A reforma em curso considerava o aspecto central das escolas rurais em promover conhecimentos úteis a essa população que vivia no campo. Para Vivacqua era necessário:

[...] despertar na criança o amor e o interesse pelas cousas da natureza e pela vida da lavoura – fonte de nossa riqueza – e ministrar os conhecimentos indispensáveis dos princípios e práticas, que regem a produção agrícola no meio brasileiro, a par de noções essenciais de higiene rural (VIVACQUA, 1930 *apud* BERTO, 2013, p.140).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Desse modo, a escola rural deveria ser dotada de um programa curricular que levasse em consideração os aspectos da vida no campo e dotasse as crianças de conhecimentos úteis ao seu dia a dia. Ao tratar da criação de grêmios e clubes agrícolas, destaca o objetivo de “[...] formar uma mentalidade nova entre as crianças por meio do ensino agrícola em campos anexos às escolas rurais” (O ENSINO, 1930 *apud* BERTO, 2013, p. 141).

Na reforma do ensino, a educação primária dos indivíduos que residiam no interior do Estado seria indissociável da sua realidade e da necessidade de atender aos anseios para o desenvolvimento socioeconômico: “Com a intenção de expandir as possibilidades desse ensino, finalidades futuras previam a melhoria da economia capixaba com base na exploração do potencial rural. Attilio defendia a concessão de terras para a fundação de Escolas Agrícolas no Estado” (BERTO, 2013, p. 141).

Nos anos 1920, o Brasil já tinha diversas escolas agrícolas (distinguindo-se aprendizados e patronatos) em funcionamento. Entre 1912 e 1925, Nery (2009) listou entre quatro e oito aprendizados agrícolas federais em funcionamento no país. Os aprendizados eram voltados para os filhos de trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários rurais. Podemos inferir que este era o modelo de escolas agrícolas proposto por Vivacqua. Ele prossegue no relatório de 1930 afirmando que:

A iniciativa do ensino agrícola, devidamente compreendida, como foi, pelo povo, principalmente pelas populações rurais, tem despertado um intenso movimento de sympathias e apoio, de que toda a imprensa do interior do Estado deu o mais expressivo reflexo. Além disto, a escola rural urge converter-se num órgão intenso de acção mental e social da região a que servir. Bibliothecas, palestras, conferencias e outras actividades e organizações educativas deverão gyrrar em torno della (VIVACQUA, 1930 *apud* BERTO, 2013, p.142, grifo nosso)

Ao citar o acolhimento que as propostas teriam recebido das populações e da imprensa do interior, o relatório de Vivacqua indica o caráter amplo de um projeto que, para vingar e dar frutos precisaria de uma forte adesão de múltiplos atores no cenário capixaba. Apesar de certo otimismo presente na fala do secretário, o Relatório do Inspetor-Agrícola Olavo Rego, designado para acompanhar as escolas rurais, apresenta um cenário mais problemático:



13 a 16 de junho
Evento Online



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Devemos registrar de início a resistência oferecida pelo meio rural ao primeiro contato da realização. Desconhecendo em absoluto uma assistência dessa ordem, inaugurada no governo atual, é natural que assim suceda com o nosso homem do campo. **A rotina dominante e talvez o exclusivismo com que o nosso lavrador sempre amparou a cafeicultura determinam esse primeiro obstáculo.** Mesmo entre os elementos advindos e entre os descendentes de europeus a resistência é notável, crescendo à medida que nos afastamos dos centros urbanos (REGO, 1930, s/p, grifo nosso).

O inspetor sinaliza que o ensino agrícola concorria com a demanda de braços para a lavoura, especialmente a cafeeira, o que afastava os filhos dos lavradores da escola. Ao destacar que a resistência se dava mesmo nas áreas de colonização europeia recente, a surpresa do inspetor sugere que, em decorrência da natureza da pequena propriedade e dos benefícios que o ensino agrícola poderia trazer, esperava-se maior acolhimento da proposta nessas regiões.

Na Mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 22 de setembro de 1930, Borges de Aguiar resumia, sobre o tema, que “Está sendo iniciado o ensino agrícola junto às escolas rurais. Para este fim, foram cedidos vários campos, onde serão feitas demonstrações práticas de cultura [...]” (AGUIAR, 1930, p. 85), seguida da relação de municípios nos quais os campos de demonstração foram instalados.⁷

A ação reformadora em curso, que teve em Atílio Vivacqua seu mentor intelectual, foi interrompida pelos eventos políticos de outubro de 1930 que levaram Getúlio Vargas ao poder central do país, fazendo com que o grupo político apoiador de Aristeu Borges de Aguiar saísse de cena (FRANCO e ASSIS, 2015). Berto (2013), sinaliza que menções à *escola activa* desapareceram do debate público na década que se seguiu. Os vencedores da Revolução promoveram a descontinuidade das ações dos reformadores na educação capixaba, substituindo-as pelas suas próprias.

⁷ “Os campos de demonstração foram instituídos pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, com a finalidade de divulgar conhecimentos práticos, visando ao aumento da produção agrícola. Previstos no decreto n. 7.556, de 16 de setembro de 1909, que criou o Serviço de Inspeção Agrícola, ao qual cabia sua fiscalização, os campos foram regulamentados no ano seguinte pelo ato que organizou o ensino agrônomico. Suas atividades abrangiam o estudo das culturas locais, incluindo a análise das terras e de sua exploração mediante instrumentos aperfeiçoados, e a pesquisa de plantas e de animais úteis para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária do país” (CAMPOS, 2020).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ANOS 1930: DEBATES NA *REVISTA DE EDUCAÇÃO* E O PATRONATO DE MARUÍPE

Nos anos 1930, as fontes disponíveis para o estudo da História da Educação no Espírito Santo mostram-se um limitador importante para a compreensão desse cenário. Entre o autoritarismo que marcou a Era Vargas (1930-1945), com o breve momento democrático entre 1934 e 1937, a ação dos interventores federais e a suspensão do poder legislativo concentraram no Executivo estadual todas as ações políticas com pouco ou nenhum espaço, para a oposição e o contraditório. Os historiadores da educação muitas vezes seguem tênues rastros buscando tecer narrativas (GINZBURG, 1989) que produzam compreensão acerca dos sujeitos, das práticas e das instituições escolares no período.

Lauff (2007), empreendeu importante pesquisa sobre a imprensa pedagógica no período, concentrando sua análise no periódico *Revista de Educação* que circulou entre os anos de 1934 e 1937, vocalizando os sujeitos envolvidos na confecção das diretrizes e tomadas de decisões em relação à educação capixaba no período. Nossa intenção a seguir será analisar de que modo as escolas rurais e o ensino agrícola estavam inseridos nesse novo momento.

A pesquisadora identificou uma série de medidas reformistas no campo da educação que foram colocadas em prática durante a primeira interventoria de João Punaro Bley. No relatório de 1931, ele assim resumia a situação da instrução pública no Espírito Santo:

Na plataforma, com que me apresentei aos sufrágios eleitoraes, dizia eu que o problema do ensino constituiria uma das mais serias preocupações do governo; que para attendel-o, entretanto, não bastaria crear escolas onde não existissem ou fossem deficientes, ou aparelhá-las convenientemente. Mas que era preciso seleccionar o professorado, velar pela efficiência dos métodos de ensino, fiscalizar e estimular o cumprimento do dever. **Acrescentava que ao lado do ensino primário, convinha instituirmos o ensino technico profissional e agrícola** e promover o desenvolvimento do escotismo, como verdadeira escola de civismo (ESPÍRITO SANTO, 1931, *apud* LAUFF, 2007, p. 36, grifo nosso).

Novamente o tema do ensino agrícola estava destacado em um programa geral de ações do governo capixaba. Entre 1931 e 1934 uma série de decretos atualizou e/ou



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

normatizou ações relacionadas à educação (LAUFF, 2007).

Acompanhamos no *Diário da Manhã* notícias acerca da instalação de uma Escola de Agronomia em 1933. Não localizamos outros documentos que pudessem avaliar as informações do jornal trazendo mais detalhes sobre o tema, que logo desapareceu das páginas nos meses seguintes (ESCOLA, 1933, p. 2).

Na sequência, encontramos notícias acerca da inauguração do Instituto Agrícola de Maruípe, que funcionaria nas instalações da antiga Fazenda Maruípe, na cidade de Vitória. Somos informados pelo jornal que nesse espaço diferentes ações de ensino agrícola ocorreriam. De acordo com o *Diário da Manhã* (1933), o instituto abrigaria três modalidades de ensino agrícola: Escola superior, Aprendizado e Patronato agrícola. A primeira, voltada para a formação de agrônomos, a segunda, para filhos de lavradores e a última visando à internação de menores infratores ou, na expressão da época, a “infância desvalida”.

Foi inaugurado ontem em Maruípe o Instituto Agrícola compreendendo o Patronato de Menores e a Escola Prática de Agricultura. [...]

Em palestra com o Sr. Dr. Bemvindo de Novaes, diretor de Agricultura, ficamos sabendo que o **Instituto compreenderá o Patronato Agrícola de Menores e a Escola Prática de Agricultura**, ficando reunidas administrativamente e fazendo parte da sua organização, as terras, as terras e instalações atuais da Fazenda Maruípe e Horto Florestal; que terá o **Patronato o regimen de internato, sendo o ensino gratuito e dividido em duas partes: agrícola propriamente dito e primario.**

Terá a Escola Prática de Agricultura o cunho mais pratico e demonstrativo possível, ministrando em seus cursos os conhecimentos necessarios á exploração racional da terra e a industria pastoril.

Esta o Instituto diretamente subordinado á Diretoria de Agricultura, Industria e Comercio. Mantera um Diretor que será um profissional, dois professores de agricultura e os professores primários que forem necessários. **Receberá os menores abandonados de acordo com o Codigo de Menores. O processo para internação deverá ser feito perante os juizes de direito das comarcas e encaminhadas ao juiz da 3ª vara da capital, para devido julgamento.** Está interinamente dirigindo o Instituto o Dr. Antonio Secundino S. José, tecnico de valor formado pela Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa [...] (INSTITUTO, 1933, p. 1, grifo nosso).

O longo relato de primeira página do *Diário da Manhã* é a única fonte até o momento para compreender a organização do Instituto Agrícola de Maruípe. Na inauguração, em 6 de janeiro de 1933, vemos a descrição do que parecem ser as instalações do Patronato Agrícola,



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



destinado a menores infratores cuja internação ficaria a cargo da Justiça.⁸ O Aprendizado Agrícola é tratado como sinônimo de Escola Prática de Agricultura. Ponderamos que não divergiriam na essência, como já apontado, sendo ambas destinadas a oferta de cursos de iniciação agrícola. A notícia não informa o decreto de criação do referido instituto ou mesmo do patronato e não os relaciona com a Escola Superior de Agricultura, tratada em matéria do *Diário da Manhã* de 5 de janeiro. O texto prossegue com uma descrição pormenorizada do espaço que, pela organização, supomos ser o destinado aos menores do Patronato Agrícola.

Na parte superior do prédio temos o salão de honra, o gabinete do diretor, dois espaçosos e bem ventilados dormitórios com 15 camas cada um, 2 salas para aulas e uma outra sala para depósito de malas. Na parte terrea temos uma sala destinada á farmácia, que será instalada dentre breves dias, o almoxarifado, o refeitório, a dispensa, a cozinha e instalações sanitarias completas. Ha tambem nesse andar, como no superior, a instalação de filtros. Ao lado ha dez banheiros divididos por dez quartos.

As salas de aula estão preparadas de acordo com as exigências pedagógicas. Bôas carteiras individuais em forma de poltronas, e fabricadas nesta cidade, foram distribuidas pelas tres salas. O refeitório esta tambem otimamente preparado. Percorremos a dispensa e verificamos que os gêneros, que são de 1ª qualidade, acham-se guardados em caixões apropriados (INSTITUTO, 1933, p. 1).

A notícia dá ao leitor a certeza da “qualidade” das instalações. Contudo, vale salientar que, segundo Mendonça (2005, p. 6), estabelecimentos dessa natureza evidenciam “[...] que a presença do Estado junto a esse contingente de mão de obra só seria viável a partir de ajustes entre os grupos no poder e jamais através daqueles que viriam a ser seus objetos”. Aspectos de coerção e controle são evidentes em instituições dessa natureza.

Acompanhamos o *Diário da Manhã* ao longo de 1933 e não encontramos outras referências ao funcionamento da Escola Superior ou da Escola Prática. Permaneceram em funcionamento os serviços prestados pela Fazenda e Horto Florestal de Maruípe, pela Secretaria de Agricultura e pelo Patronato de Menores. Em agosto daquele ano havia 16

⁸ “Os patronatos agrícolas, previstos no decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, tinham a finalidade de oferecer a instrução primária e cívica, além de noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária, aos menores ‘desvalidos’. De acordo com este ato, tais estruturas seriam subordinadas aos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outras repartições do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio [...] Em 1934, o decreto n. 24.115, de 12 de abril, transformou os patronatos em aprendizados agrícolas”. (PATRONATOS..., 2021). Importante ressaltar que o Patronato Agrícola de Maruípe estava vinculado a Diretoria de Agricultura, Terras e Obras, órgão da administração estadual.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

menores internados (SECRETARIA, 1933, p. 4).

Sem maiores informações de relevo, mas sabendo do funcionamento da instituição, dispomos de documento fotográfico que registra a presença do governador Punaro Bley durante a inauguração de um novo pavilhão no Patronato Agrícola. Nos chamam a atenção os meninos uniformizados à esquerda. O aspecto racial é visível (IMAGEM 2) numa instituição que tinha por público-alvo menores infratores ou desvalidos.

IMAGEM 2 – FOTOGRAFIA DA INAUGURAÇÃO DO PAVILHÃO MELLO MATTOS DO PATRONATO AGRÍCOLA DE MARUÍPE EM 1936



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1936.

No relatório de 1937, elaborado pelo Poder Judiciário e publicado também no *Diário da Manhã* sob o título Boletim Judiciário, há uma série de críticas ao Patronato de Menores de Maruípe. É destacada a baixa qualidade do ensino agrícola ofertado; ausência de um técnico capacitado para tal; não há oficinas para o desenvolvimento das habilidades dos menores; indivíduos de diferentes idades ocupando os mesmos alojamentos; vigilância precária, o que é atestado pelas constantes fugas durante a noite; ausência de materiais, inclusive roupas; instalações sem condições mínimas de conforto e higiene (BOLETIM, 1937).

Parece-nos evidente o contraste entre as descrições desse espaço no momento de inauguração com sua situação após quatro anos de funcionamento. Não dispomos de



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



documentos que nos permitam acompanhar o destino do Patronato após 1937, mas é possível afirmar que o projeto do Instituto Agrícola de Maruípe, assim como a Fazenda Modelo Sapucaia idealizada no governo de Jerônimo Monteiro, ficaram distantes do intento em ofertar ensino agrícola.

O objetivo era que as variadas modalidades pudessem atender as demandas de formação e desenvolvimento do campo naquele contexto. Vemos, desse modo, uma série de projetos interrompidos ou fracassados, recebidos sempre com entusiasmo pelos sujeitos políticos, mas que foram no decorrer de pouco tempo abandonados ou precariamente instalados.

Ainda na década de 1930 temos outras iniciativas que merecem análise e que ajudam a compor esse retrato das ações e projetos que visavam debater a educação rural e o ensino agrícola no Espírito Santo. Entre elas está a *Revista de Educação*, vinculada ao Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo (órgão criado durante a reforma de Attilio Vivacqua). Dirigida aos professores, esse impresso tinha como objetivo principal a divulgação de processos e métodos de ensino considerados mais modernos naquele momento (LAUFF, 2007, p. 17).

Foram analisados por Lauff (2007) os números publicados entre 1934 e 1937. Os artigos foram agrupados em quinze temas, tendo localizado em “Educação Rural os textos referentes à Educação Rural: Clubes Agrícolas Escolares, escolas rurais, ensino técnico rural, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres” (LAUFF, 2007, p. 91). O trabalho da autora nos faz compreender em que dimensões a educação rural em debate nos anos 1930 se aproxima do ensino técnico agrícola que seria proposto com a inauguração da Escola Prática de Agricultura nos anos 1940.

Para análise dos temas dos artigos com temática rural/agrícola passamos a leitura diretamente nos números da *Revista de Educação*. Para isso, consultamos os exemplares depositados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e no setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



**III Seminário Internacional de História e Educação:
Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo**



**QUADRO 1 - ARTIGOS COM TEMÁTICA EDUCAÇÃO RURAL PUBLICADOS NA
REVISTA DE EDUCAÇÃO**

Título	Autor	Ano	Mês	Nº	Páginas
Os Clubes Agrícolas Escolares	RIBEIRO	1935	mar	12	1-2
Princípios e fins dos clubes agrícolas escolares	SAMPAIO	1935	mar	12	9
Clubes Agrícolas Escolares	-	1935	mar	12	38-44
Clube Agrícola Escolar	-	1936	mar	22	29-35
Os clubes agrícolas escolares	PASSOS	1936	jul-ago	23-24	26-33
Plano para o ensino das ciências naturais. Para as escolas primarias onde existe Clube Agrícola	KOLODI	1936	jul-ago	23-24	67-69
Valor do Clube Agrícola	FAGUNDES	1936	jul-ago	23-24	70-74
Clubes Agrícolas Escolares	CEC	1934	jun	3	52-55
Sociedade dos Amigos Alberto Torres	FBCAE	1936	mar	22	53-81
Aos Clubs Agrícolas Estaduais	FBCAE	1936	set-dez	25-28	71-74
Congresso de Educação Rural	RIBEIRO	1936	Set-dez	25-28	1-2
A segunda semana ruralista	-	1934	set	6	29-31
Contribuição da Escola Regional, para o melhoramento do habitat rural	SAAT	1934	out-nov	7-8	9-26
Plano de Ensino da geografia e da história na escola rural	PASSOS	1935	mai	14	64-75
Universidade Nacional de ensino técnico rural	VIDAL	1935	jun-jul	15	2-16
Em marcha para a civilização rural. Discurso pronunciado pela Sra. Francisca Rodrigues, na Assembleia Legislativa de São Paulo, na sessão de 21 de agosto de 1935	RODRIGUES	1936	jul-ago	23	52-64
O México e sua educação rural	RAMIREZ	1936	set-dez	25-28	8-12
Educação Rural	CRUZ	1936	set-dez	25-28	45-51
Educação Rural campanha contra as saúvas	MARTINS & AUTUORI	1936	set-dez	25-28	52-56
Congresso de Ensino Rural. A política de ruralização	FREITAS	1937	jun-jul	30-31	6-8
A casa do povo	-	1937	Jun-jul	30-31	1-5

Fontes: *Revista de Educação do Espírito Santo*, anos 1934, 1935, 1936 e 1937.

Listamos 21 artigos agrupados com a temática “Educação Rural” a partir da organização proposta por Lauff (2007). Os textos publicados na *Revista de Educação* evidenciam que a temática ocupava espaço importante nas discussões empreendidas pelos intelectuais capixabas envolvidos no processo de modernização da educação naquele momento. Não se trata de uma novidade, visto que os debates e as ações vinham ocorrendo, como viemos demonstrando, desde o governo de Jerônimo Monteiro.

O recorte do quadro acima evidencia uma ampliação das perspectivas sobre o ensino



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



agrícola no Espírito Santo seguindo as experiências pedagógicas nacionais e internacionais, com destaque para a organização dos clubes agrícolas. Os artigos “O México e sua educação rural” e “A casa do povo” tratam das ações empreendidas no México após a Revolução de 1910, que propunha, dentre outras ações, a socialização da terra através da reforma agrária. Certamente um modelo radical frente ao contexto político brasileiro nos anos 1930, mas que, ainda assim, ganhou espaço na reflexão proposta pelas páginas da *Revista de Educação*.

Na Mensagem enviada à Assembleia Legislativa em julho de 1937, Punaro Bley, então governador eleito, realizou um balanço das ações em cada secretaria de governo. Na educação, destacou a criação de escolas primárias e o crescimento progressivo do número de matrículas, embora ainda fosse um desafio diminuir a evasão nessa etapa de ensino (BLEY, 1937, p. 307). Apresentando números referentes a 1935 e 1936, a *Mensagem* limitou-se a uma prestação de contas sem apontar projetos futuros. Sobre a Educação Rural, o documento apenas indica que 30.937 alunos estavam matriculados no ano anterior em escolas rurais (MENSAGEM, 1937, p. 319). Trata-se de estabelecimentos de ensino localizados no interior, não havendo aspectos específicos sobre o ensino agrícola.

Naquele mesmo ano, o interregno democrático foi suspenso pelo golpe que deu início a Ditadura do Estado Novo (1937-1945). As Assembleias legislativas foram suspensas e a centralização do Executivo ampliou o reformismo autoritário que marcou os primeiros quinze anos de Getúlio Vargas no poder (ACHIAMÉ, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos que a questão do ensino agrícola esteve presente nos debates pedagógicos no Espírito Santo. No governo de Jerônimo Monteiro, a Fazenda Modelo Sapucaia e seu Aprendizado Agrícola podem ser considerados o primeiro estabelecimento no qual funcionou uma ação pedagógica voltada para o ensino profissional agrícola no Espírito Santo. Além disso, a temática esteve presente na reforma iniciada pelo Secretário da Instrução Pública Attilio Vivacqua entre 1928 e 1930 e, na década seguinte, a educação rural em seus diversificados aspectos ocupou a imprensa pedagógica nas páginas da *Revista de Educação*.

Iniciamos buscando responder, nessa investigação sobre experiências do ensino



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



agrícola no território capixaba, qual modelo de instituição foi utilizado para pensar a criação da Escola Prática de Agricultura em 1940. Nos parece suficiente afirmar que os aprendizados agrícolas federais, criados a partir da legislação de 1910, e reformados pelo Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934, que dispôs sobre a reorganização dos estabelecimentos elementares de ensino agrícola no país, forneceram elementos que poderemos observar na organização pedagógica-administrativa da Escola Prática de Agricultura que foi criada em 1940.

Assim, compreendemos que no momento de instalação dessa instituição, os debates e experiências sobre o ensino agrícola no Espírito Santo vinham amadurecendo há, pelos menos, três décadas.

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930- 1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLETIM Judiciário. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 30, n. 3459, p. 3, 23 abr. 1937.

BRASIL. **Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910**. Cria o ensino agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 2 de novembro de 1910. Seção 1, p. 9139. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon> Acessado em 10/05/23.

BRASIL. **Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934**. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 7583. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon> Acessado em 10/05/23.

CAMPOS de demonstração. *In*: **Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República (1889-1930)**, 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/904-campos-de-demonstracao> Acesso em: 15/02/23.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



CONDE, Bruno S. Origens do ensino agrícola no Espírito Santo: breve histórico da fazenda modelo Sapucaia (1909-1912). In: PEREIRA, Denise e BORTOLOTTI, Karen F. (orgs). **Desafios da Educação na Contemporaneidade 4**. Ponta Grossa: Aya, 2022.

CONDE, Bruno S. A fazenda modelo Sapucaia e o ensino agrícola no Espírito Santo da Primeira República. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666149>. Acesso em 27/04/23.

ESCOLA de agronomia do Espírito Santo. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 27, n. 2573, p. 2, 30 nov. 1933.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Escola Prática de Agricultura**. Vitória: Typographia Gentil, 1941.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1928-1930: Aguiar). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª sessão da 13ª Legislatura**. Vitória, 22 de setembro. 1930.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Governador de Estado [1934-1937: Bley]. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, na 3ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura, em 1º de julho de 1937**. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1937.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SIMÕES, Regina Helena Silva. História e Historiografia no Pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa histórica em educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação, Vol. 2**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FRANCO, Sebastião Pimentel & ASSIS, Elezeare Lima de. As reformas educacionais na Primeira República no estado do Espírito Santo: ideais de modernidade. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *et.al.* **Modernidade e Modernização no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1991.



13 a 16 de junho
Evento Online

III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 132, p. 02, 20 mai. 1910.

INSTITUTO Agrícola de Maruípe. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 26, n. 3106, p. 1, 05 jan. 1933.

INSTITUTO Agrícola de Maruípe. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 26, n. 3108, p. 1, 07 jan. 1933.

INSTITUTO Agrícola de Maruípe. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 29, n. 3235, p. 14, 16 jul. 1936.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Diretrizes para formação de professores espírito-santenses na antessala da ditadura do Estado Novo (1930-1937).** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e Agradável: a Revista de Educação (1934 – 1937): remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo.** 162 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

NERY, M. A. A. M. (2009). Aprendizados e patronatos: Um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Tempos e Espaços em Educação**, 2, 25-32.

PATRONATO de menores. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 29, n. 3136, p. 1, 13 mar. 1936.

PROENÇA, L. O ensino agrícola. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 14, n. 218, p. 1, 05 mai. 1920.

REGO, Olavo. O ensino agrícola nas escolas rurais. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 22, n. 2024, p. 1, 01 mai. 1929.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel e SALIM, Maria Alayde



13 a 16 de junho
Evento Online



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Alcantara. A história da Educação no Estado do Espírito Santo: o que se produz na academia. In: **História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória, ES: EDUFES, 2009.

VIVACQUA, Attilio. Educação Brasileira: **Directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo**. Vitoria, 1930.